

BID ajuda a pressionar estados

BRASÍLIA — Os financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) serão utilizados como mais um instrumento de pressão para forçar estados e municípios a saldarem seus débitos com o governo federal e entidades vinculadas. Além de, como de praxe, exigir que o tomador do empréstimo esteja em dia com suas dívidas, o BID vai solicitar que o governo brasileiro dê garantias formais, por escrito, de que o contratante dos créditos está em dia.

“Os inadimplentes não terão sequer a chance de terem seus projetos analisados. Sem acordo com o governo federal, não tem dinheiro”, afirmou o presidente da instituição, Enrique Iglesias.

Ao anunciar ontem que o BID tem disponíveis cerca de US\$ 4 bilhões para financiar projetos nas áreas ambiental, de transportes e

social, a serem contratados entre 1994 e 1997, Iglesias assegurou também que o BID já reservou outros US\$ 400 milhões para ajudar o Brasil a pagar as garantias dos bônus de desconto e ao par oferecidos aos bancos credores privados.

O país precisa comprar inicialmente cerca de US\$ 3,2 bilhões em títulos do Tesouro americano para dar como garantia destes novos papéis. Mas o desembolso dos US\$ 400 milhões está condicionado ao aval do FMI.

Apoio — Sob a ótica do presidente do BID, porém, isto não será um problema. Ele se diz convicto de que o Fundo aprovará o programa brasileiro porque “ataca o problema fiscal que é a base das expectativas de inflação do país”. Esta visão, segundo ele, ficou mais sólida a partir do jantar de segunda-feira com o presidente Itamar

Franco, que demonstrou total apoio à estratégia de Cardoso.

Apesar de toda esta receptividade, Fernando Henrique terminou por cancelar a última rodada de negociação com Iglesias e o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho. Com isso evitou o constrangimento de ser responsabilizado pelo adiamento da contratação dos recursos para a o gasoduto entre Bolívia e Brasil.

Durante mais de uma hora estiveram reunidos na sede do BID em Brasília, o presidente da Petrobrás, Joel Rennó, o superintendente do projeto de gás da Bolívia, Luis Carlos Costa Milán, e o representante da Companhia Paulista de Desenvolvimento (CPD). No encontro foi apresentado um estudo, no qual o custo total do gasoduto, que é de US\$ 2 bilhões, teria a participação de capital privado.